

RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO - 2022'

1. Introdução
O Fundo Garantidor do Aporte da Ponte (FGAP), cuja criação foi autorizada pela Lei Estadual nº 14.290, de 12 de janeiro de 2021, tem como finalidade prestar garantia de pagamento do aporte de recursos, de que trata o § 2º do art. 6º da Lei Federal nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004, assumido pelo parceiro público estadual no contrato de Parceria Público-Privada (PPP), na modalidade concessão patrocinada, para execução das obras e dos serviços necessários à construção, operação e manutenção do Sistema Rodoviário Ponte Salvador-Ilha de Itaparica, respaldada pela Lei Estadual nº 9.290, de 27 de dezembro de 2004.
Na Assembleia Geral Extraordinária (AGE), realizada em 05 de março de 2021, foram aprovados o Estatuto, o Regulamento, o valor nominal das cotas e sua integralização inicial, assim como foram deliberadas a remuneração da Administradora do Fundo e a adesão do Estado da Bahia aos termos do Estatuto e do Regulamento do FGAP. Em 07 de abril do mesmo ano, o Fundo recebeu o crédito de R\$ 250 milhões, em razão da subscrição inicial de cotas pelo Estado da Bahia. Em seguida, na AGE de 22 de abril, foram aprovados o tipo e o valor máximo da garantia para o contrato de concessão acima referido. Em fevereiro de 2022, foi creditado mais R\$ 250 milhões no Fundo, através de subscrição de cotas, conforme previsto na Lei Estadual nº 14.290/2021.
Este documento tem por objetivo apresentar o comportamento dos principais indicadores do FGAP no exercício de 2022 e está disponível ao Conselho Consultivo do FGAP, para o devido acompanhamento da gestão do Fundo, conforme rege o inciso IV, art. 13, do Estatuto do FGAP.

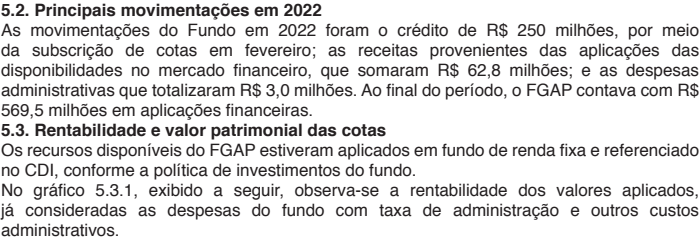
2. Negócios realizados no período
Todo o patrimônio do Fundo foi aplicado em fundo de renda fixa e referenciado.

3. Obrigações contraídas no período
Em atenção à Lei Estadual 14.290, de 12 de janeiro de 2021, que institui o FGAP, na AGE de 22 de abril de 2021, foram aprovados o tipo e o valor máximo da garantia para o contrato de concessão que visa a execução das obras e dos serviços necessários à construção, operação e manutenção do Sistema Rodoviário Ponte Salvador-Ilha de Itaparica. Não houve novas obrigações contraídas em 2022.

4. Honra a garantias
Não houve pagamentos no período.

5. Evolução patrimonial do Fundo
5.1. Conjuntura econômica e perspectivas para 2022
A conjuntura econômica de 2022 se apresentou pouco confortável para os agentes envolvidos, seja no plano nacional, seja no internacional. Os principais fatores explicativos para os fenômenos observados nas variáveis macroeconômicas internacionais, com repercussões na economia brasileira, foram a demora na rearmunicação da economia mundial com o arrefecimento da pandemia, os entraves colocados pela guerra entre a Rússia e Ucrânia no comércio internacional e as duras medidas de controle da COVID por parte da China, que impactaram sua trajetória de crescimento econômico.
No cenário nacional, com o avanço do processo vacinal contra a COVID e o retorno às atividades, a taxa de desemprego caiu, em particular no setor de serviços, notadamente nas atividades menos complexas, com menor poder remunerativo. Esse fato impactou positivamente a taxa de crescimento da economia brasileira para 2022, o que fez com que as expectativas de incremento do PIB saíssem de projeções muito baixas no início do ano para alcançar a taxa de 3% no final de 2022. As ajudas assistencialistas no ano eleitoral (Auxílio Brasil, aumento do valor do auxílio gás e ajudas para caminhoneiros e taxistas) também contribuíram para a melhoria das expectativas nas projeções do PIB.
Duas importantes variáveis macroeconômicas mostraram, por sua vez, o grau de desconforto do caminho do crescimento. A taxa anual de inflação, medida pelo IPCA, alcançou 5,79% no final de 2022, acima da meta de inflação no ano (estabelecida em 3,5%). E a taxa básica de juros, a SELIC, continuou sua escalada e atingiu 13,75% no final do ano, encarecendo o crédito e desestimulando o investimento.
Na seara internacional, em especial nos países mais desenvolvidos, as taxas de incremento da economia apontam para uma estagnação, o nível geral de preços tende a inflar e as taxas de juros se elevam, assim como visto no Brasil.
Para 2023, as expectativas são de que a atividade econômica brasileira se mantenha em crescimento, as taxas de juros e de inflação arrefeçam um pouco. Explicam essas conjecturas os riscos de descontroles dos gastos públicos e o cenário externo ainda desarraigado.
Ao longo do ano, os recursos do FGAP permaneceram aplicados no mercado financeiro, em títulos de renda fixa, referenciados no DI. Como a taxa básica de juros vem apresentando movimento de alta, os rendimentos do Fundo têm evoluído de forma bastante positiva.
A política de tratamento dos ativos do FGAP não deverá se modificar em 2023, o que significa dizer que os recursos disponíveis do Fundo permanecerão aplicados em títulos de renda fixa, referenciados na taxa do CDI. Para a contabilização do patrimônio, além dessas disponibilidades, se observa a sub-rogação dos direitos referentes à honra de garantias realizadas.

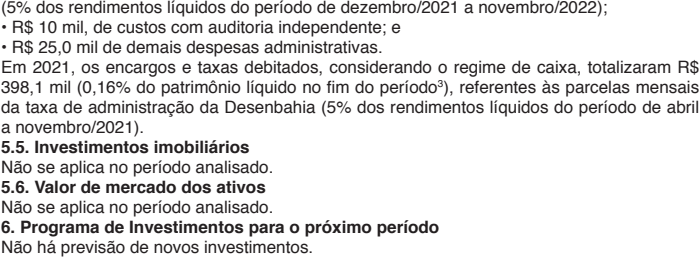
5.2. Principais movimentações em 2022
As movimentações do Fundo em 2022 foram o crédito de R\$ 250 milhões, por meio da subscrição de cotas em fevereiro; as receitas provenientes das aplicações das disponibilidades no mercado financeiro, que somaram R\$ 62,8 milhões; e as despesas administrativas que totalizaram R\$ 3,0 milhões. Ao final do período, o FGAP contava com R\$ 569,5 milhões em aplicações financeiras.
5.3. Rentabilidade e valor patrimonial das cotas
Os recursos disponíveis do FGAP estiveram aplicados em fundo de renda fixa e referenciado no CDI, conforme a política de investimentos do fundo.
No gráfico 5.3.1, exibido a seguir, observa-se a rentabilidade dos valores aplicados, já consideradas as despesas do fundo com taxa de administração e outros custos administrativos.



A relação entre o patrimônio disponível e as garantias outorgadas apresentou oscilações decorrentes da subscrição de novas cotas, do aumento do valor garantido, além das receitas provenientes da aplicação financeira dos recursos do Fundo e dos custos administrativos incorridos. Em 07 de abril, com a integralização inicial das cotas, a relação foi de 1,000 e, no final do primeiro ano do Fundo, a relação chegou a 1,039. Com a subscrição de cotas e elevação do valor garantido, em fevereiro de 2022, esse indicador caiu para 1,030, voltando a se elevar nos meses seguintes. No final do ano de 2022, a relação em análise fechou em 1,139.
No gráfico seguinte, observa-se a evolução da relação patrimônio disponível e garantias nos últimos quatro semestres.



No que se refere ao valor da cota, a evolução do seu valor acompanhou as contabilizações provenientes das receitas financeiras e dos custos administrativos. Estabelecida inicialmente em R\$ 1.000,00, o valor da cota do FGAP alcançou R\$ 1.166,56 no final de 2022.



5.4. Encargos debitados
Os encargos e taxas debitados no exercício de 2022, considerando o regime de caixa, totalizaram R\$ 2,96 milhões (0,54% do patrimônio líquido no fim do período³), sendo:
• R\$ 2.923,6 mil referentes às parcelas mensais da taxa de administração da Desenbahia (5% dos rendimentos líquidos do período de dezembro/2021 a novembro/2022);
• R\$ 10 mil, de custos com auditoria independente; e
• R\$ 25,0 mil de demais despesas administrativas.
Em 2021, os encargos e taxas debitados, considerando o regime de caixa, totalizaram R\$ 398,1 mil (0,16% do patrimônio líquido no fim do período³), referentes às parcelas mensais da taxa de administração da Desenbahia (5% dos rendimentos líquidos do período de abril a novembro/2021).
5.5. Investimentos imobiliários
Não se aplica no período analisado.
5.6. Valor de mercado dos ativos
Não se aplica no período analisado.
6. Programa de Investimentos para o próximo período
Não há previsão de novos investimentos.
Balancos patrimoniais
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Valores expressos em milhares de reais)

Ativo	Nota	2022	2021
Circulante		569.537	259.737
Instrumentos Financeiros	4	569.537	259.737
Total do ativo		569.537	259.737

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Balancos patrimoniais
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Valores expressos em milhares de reais)

Passivo e patrimônio líquido	Nota	2022	2021
Circulante		330	113
Obrigações diversas	5	330	113
Patrimônio líquido	6	569.207	259.624
Capital Social		500.000	250.000
Reserva de lucros		69.207	9.624
Total do passivo e do patrimônio líquido		569.537	259.737

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. O presente relatório foi elaborado em cumprimento aos artigos 3º, 30, 31 e 32 do regulamento do Fundo.
2. O patrimônio líquido contabilizou R\$ 534.268 mil em 30/06/2022 e R\$ 569.207 mil em 31/12/2022.
3. O patrimônio líquido contabilizou R\$ 252.434,9 mil em 30/06/2021 e R\$ 259.624,4 mil em 31/12/2021.

Demonstrações de resultados
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Valores expressos em milhares de reais)

	2022	2021
Receitas da intermediação financeira	62.758	10.135
Rendas com títulos e valores mobiliários	62.758	10.135
Outras receitas/(despesas) operacionais	(3.175)	(511)
Despesas tributárias	(24)	(4)
Outras despesas operacionais	(3.151)	(507)
Resultado operacional	59.583	9.624
Lucro antes da tributação sobre lucro e participações	59.583	9.624
Lucro líquido do exercício	59.583	9.624

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Valores expressos em milhares de reais)

	2022	2021
Lucro líquido	59.583	9.624
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total	59.583	9.624

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demosntrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	Capital realizado	Reserva de lucro	Lucros/(prejuízos) acumulados	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2022		250.000	9.624	-	259.624
Lucro líquido do exercício		-	59.583	59.583	59.583
Movimentação do capital com:					
Aporte de capital		250.000			250.000
Destinação:					
Constituição de reserva de lucro			59.583	(59.583)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022		500.000	69.207	-	569.207
Mutações do exercício		250.000	59.583	-	309.583
Saldos em 01 de janeiro de 2021		-	-	-	-
Lucro líquido do exercício		-	9.624	9.624	9.624
Movimentação do capital com:					
Aporte de capital		250.000			250.000
Destinação:					
Constituição de lucro			9.624	(9.624)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021		250.000	9.624	-	259.624
Mutações do exercício		250.000	9.624	-	259.624

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	2022	2021
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido do exercício		59.583	9.624
Variações patrimoniais			
Outras obrigações	5	217	113
Caixa líquido oriundo das atividades operacionais		59.800	9.737
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Subscrição de cotas	6	250.000	250.000
Caixa líquido oriundo das (aplicado nas) atividades de financiamento		250.000	250.000
Aumento líquido/(redução) de caixa e equivalentes de caixa		309.800	259.737
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	3g	259.737	-
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	3g	569.537	259.737
Aumento líquido/(redução) de caixa e equivalentes de caixa		309.800	259.737

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS)

1. Contexto operacional
O Fundo Garantidor do Aporte da Ponte - FGAP ("Fundo") foi instituído pela Lei nº 14.290, de 12 de janeiro de 2021.
O Fundo tem por finalidade precípua prestar garantias do aporte de recursos de que trata o parágrafo 2º do artigo 6º da Lei Federal 11.079, de 30 de dezembro de 2004, assumido pelo parceiro público estadual no contrato de contrato de Parceria Público-Privada na Modalidade Concessão Patrocinada para Execução das Obras e dos Serviços Necessários à Construção, Operação e Manutenção do Sistema Rodoviário Ponte Salvador-Ilha de Itaparica, cujo projeto foi devidamente aprovado pelo Conselho Gestor do Programa de Parcerias Público-Privadas, criado pelo art. 24 da Lei nº 9.290, de 27 de dezembro de 2004.
O Fundo é regido pelo seu Regulamento e Estatuto, aprovados na primeira Assembleia de Cotistas realizada em 5 de março de 2021. Neste ato também foi autorizada a integralização inicial de capital do Fundo com recursos do Estado da Bahia. O aporte de capital ocorreu em 7 de abril de 2021.
A Desenbahia - Agência de Fomento do Estado da Bahia S/A ("Desenbahia") foi designada administradora do Fundo mediante regulamento.

Política de investimentos
O Fundo tem por objetivo proporcionar a valorização das cotas através da gestão e administração de uma carteira de ativos financeiros, títulos e valores mobiliários, moeda corrente, bens móveis e imóveis e ou outros direitos com valor patrimonial, buscando a manutenção de sua rentabilidade, segurança e liquidez.
O patrimônio de cada cotista é a soma da quantidade de cotas multiplicada pelo respectivo valor delas.
A gestão do Fundo deve buscar compatibilizar a evolução do ativo comprometido com a trajetória esperada para as obrigações assumidas, de acordo com os respectivos prazos e indexadores.
É importante destacar que as aplicações em títulos e valores mobiliários estão representadas por cotas de fundos de investimentos lastreados, principalmente em ativos conservadores não suscetíveis a oscilações significativas no valor de suas cotas, mesmo com a instabilidade no mercado financeiro.

(Covid-19)
A Administração tem acompanhado os impactos da Covid-19 nas operações e nas demonstrações financeiras, não tendo identificado situações que ensejem na descontinuidade do Fundo. Informa que em 2022 e 2021 o fundo não incorreu em perdas decorrente deste evento.
A Administração entende que não foram observados eventos que pudessem modificar a mensuração dos seus ativos e passivos apresentados nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022, fruto dos desdobramentos dos impactos da Covid-19.

2. Apresentação das demonstrações financeiras
De acordo com o regulamento do Fundo, ele tem contabilidade própria, compatível com o sistema adotado pelo seu administrador, Desenbahia - Agência de Fomento do Estado da Bahia S/A. As operações do fundo se assemelham as operações do seu Administrador e algumas normas aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen) são adotadas, sem prejuízo às práticas contábeis adotadas no Brasil. As suas demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo estas práticas.
A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração da Desenbahia em 07 de março de 2023.
As demonstrações contábeis estão apresentadas em milhares de Reais. O Real é a moeda funcional do Fundo.
Não há julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que tenha efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.

3. Principais políticas contábeis
As políticas contábeis descritas a seguir foram aplicadas de maneira consistente aos exercícios aqui apresentados.
(a) O resultado é apurado pelo regime contábil de competência de exercícios;
(b) Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes;
(c) Os títulos e valores mobiliários registram a aplicação de disponibilidades de caixa em títulos públicos federais, inclusive em cotas de fundos de investimento cujas carteiras representadas exclusivamente por títulos públicos federais, desde que assim conste nos regulamentos dos fundos de investimento;
(d) Os direitos são demonstrados pelos valores de realização, incluídos os rendimentos e as variações monetárias ou cambiais incorridos e deduzidos das correspondentes rendas a apropriar, quando aplicável;
(e) As obrigações são demonstradas por valores conhecidos ou calculáveis, incluídos os encargos e as variações monetárias incorridas e deduzidos das correspondentes despesas, quando aplicável;
(f) Para apuração de tributos, o Fundo está submetido à imunidade recíproca, que protege as pessoas jurídicas de direito público umas das outras, no que concerne à incidência dos impostos.
(g) Para elaboração da demonstração dos fluxos de caixa, estão incluídas as disponibilidades de caixa, as aplicações interfinanceiras de liquidez com vencimento de até 90 dias, e cotas de fundos de investimento com característica de equivalentes de caixa, registradas ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço:

	2022	2021
--	------	------

Equivalentes de Caixa
Cotas de Fundos Renda Fixa (Nota explicativa nº 04) 569.537 259.737
(h) O Fundo não opera com instrumentos derivativos.
(i) Evento subsequente ao período a que se referem às demonstrações financeiras é aquele evento, favorável ou desfavorável, que ocorre entre a data final do período e a data na qual é autorizada a emissão dessas informações. Dois tipos de eventos podem ser identificados:
(i) os que evidenciam condições que já existiam na data final do período a que se referem as informações; e, (ii) os que são indicadores de condições que surgiram subsequentemente ao período contábil a que se referem as informações. Não foram observados eventos desta

natureza para os exercícios apresentados.
4. Títulos e valores mobiliários

	2022	2021
Cotas de Fundos Renda Fixa (i)	569.537	259.737

(i) O montante refere-se às cotas do fundo de investimento BB Tesouro II LP, que possui seus ativos aplicados em outros fundos lastreados em títulos públicos. Este fundo possui a seguinte composição por faixa de vencimento:

	Faixa de vencimento – 2022					
	Sem vencimento	Até 3 meses	De 3 meses à 1 ano	De 1 à 2 anos	De 2 à 3 anos	Acima de 3 anos
Cotas de Fundos	6.407.775	-	-	-	-	-
Obrigações BB Tesouro II	(31)	-	-	-	-	-
BB Tesouro II	6.407.744	-	-	-	-	-

	Faixa de vencimento – 2021					
	Sem vencimento	Até 3 meses	De 3 meses à 1 ano	De 1 à 2 anos	De 2 à 3 anos	Acima de 3 anos
Cotas de Fundos	6.904.260	-	-	-	-	-
Obrigações BB Tesouro II	(41)	-	-	-	-	-
BB Tesouro II	6.904.219	-	-	-	-	-

5. Obrigações diversas
Valores a pagar ao administrador (Desenbahia), conforme previsto no regulamento do Fundo:

	2022	2021
--	------	------

Taxa de administração 328 113

Despesas com auditoria independente 2 -

	330	113
--	------------	------------

6. Patrimônio líquido
O capital social é constituído de 500.000 cotas, tendo o Estado da Bahia como único cotista. No exercício de 2022 houve movimentação das cotas com subscrições (250.000) e não houve resgates.
O Fundo não paga rendimentos a seus cotistas. A este está assegurado o direito de requerer o resgate total ou parcial de suas cotas, correspondente ao patrimônio ainda não utilizado para concessão de garantias, fazendo-se a liquidação com base na situação patrimonial do Fundo.
O patrimônio líquido é constituído também por reserva de lucros no valor de R\$ 69.207, correspondente ao resultado do exercício.

7. Outras despesas operacionais

	2022	2021
--	------	------

Despesas com auditoria independente 12 -

Despesas com serviços técnicos especializados 1 -

	3.138	507
--	--------------	------------

	3.151	507
--	--------------	------------

8. Partes relacionadas
Conforme reza o Pronunciamento Técnico CPC nº 05 - Divulgação sobre Partes Relacionadas, o Fundo identificou como partes relacionadas:
Estado da Bahia: único cotista;
Desenbahia - Agência de Fomento do Estado da Bahia S/A: gestora do fundo:
– taxa de administração paga de R\$ 3.138 (R\$ 507 em 2021) e a pagar de R\$ 328 (RS 113 em 31 de dezembro de 2021);
– ressarcimento de despesas com auditoria e serviços técnicos de R\$ 13 (R\$ 0 em 2021) e a pagar de R\$ 2 (RS 0 em 31 de dezembro de 2021);

9. Contingências
Em 31 de dezembro de 2022, de acordo com seus assessores jurídicos, não há conhecimento de processos movidos contra o Fundo.

DIRETORIA
Presidente - **Paulo de Oliveira Costa**
Diretor de Desenvolvimento e Negócios - **Agenor Martinelli Braga**
Diretor de Operações - **Marko Svec Silva**
GERÊNCIA FINANCEIRA
Marcelo Borges Weckerle - Gerente Financeiro
Antônio Vinícius de Santana Tórres - Contador - CRC-Ba 24.277/O-0

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.

Aos Administradores do FUNDO GARANTIDOR DO APORTE DA PONTE – FGAP (Administrado pela Desenbahia – Agência de Fomento do Estado da Bahia S.A.) Salvador – BA

Opinião
Examinamos as demonstrações contábeis do Fundo Garantidor do Aporte da Ponte – FGAP ("Fundo"), as quais compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2022, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis supramencionadas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Fundo Garantidor do Aporte da Ponte – FGAP em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis descritas na Nota Explicativa nº 2 das demonstrações contábeis.

Base para opinião
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com essas normas, estão descritas na seção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação ao Fundo, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e as normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos
Base de elaboração e apresentação das demonstrações contábeis e restrição sobre distribuição ou uso
A base de elaboração das demonstrações contábeis está descrita na Nota Explicativa nº 2. Essas demonstrações contábeis foram elaboradas para o uso exclusivo dos administradores do Fundo. Como resultado, essas demonstrações contábeis podem não ser apropriadas para outros propósitos e o uso deve ser exclusivo aos administradores do Fundo.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor
A administração do Fundo é responsável pelas informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, temos a responsabilidade de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se ele relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o conhecimento obtido durante auditoria, ou, de outra forma, se aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no Relatório da Administração, devemos comunicar esse fato. Não temos nada a relatar.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis
A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com a Nota Explicativa nº 2 e os controles internos que ela determinou como necessários para permitir a